

11 de Janeiro

INTRODUÇÃO

Muito se tem especulado sobre as origens do castelo. Quem o mandou construir, quando e para quê. Neste ensaio, procuraremos dar uma resposta a essas dúvidas que envolvem um dos maiores símbolos da região Oeste.

Perante a ausência completa de documentação escrita, bem como de dados arqueológicos, a tradição aponta terem sido os “mouros” os construtores do castelo.

No entanto, a ausência de documentação, não implica, obrigatoriamente, que não possamos investigar as origens do castelo e nos refugiemos numa contemplação passiva de lendas e hipóteses académicas que, actualmente, se encontram bastante desactualizadas. Através de um cruzamento de dados recentes, tendo por base estudos nacionais e internacionais, podemos determinar um ponto de partida, um factor e uma hipotética datação para as origens do castelo e integrá-lo na História.

A DEFESA DE UM TERRITÓRIO E A IMPORTÂNCIA DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

A defesa de um território, até ao advento da aviação, fez-se através de eixos e nós viários. As vias de comunicação, quer sejam terrestres ou marítimas, são de fulcral importância para o comércio e movimentação dos exércitos. O controlo destas, representa a diferença, em muitos casos, na vitória ou na derrota; na conquista de um território ou na sua perda.

Com o fim do Império romano e o gradual “desaparecimento” da civilização urbana, as estradas romanas permaneceram em funcionamento, bem ou mal, e iriam desempenhar um importantíssimo papel em toda a Idade Média e, em muitos casos, continuam ainda em funcionamento. Centenas de quilómetros dessas estradas, estão hoje pavimentadas de alcatrão e por elas ainda passamos todos os dias. Para permitir uma maior rapidez, os romanos construíram pontes de arco perfeito que, em muitos casos, pela excelência da sua construção também, ainda hoje, se encontram em funcionamento.

Tal como nos dias de hoje, as vias romanas classificavam-se em secundárias e principais. Estas últimas cortavam o território e permitiam uma rápida deslocação entre regiões. Muitas dessas vias passaram, na Idade Média, a servir de traçado às denominadas estradas reais. As estradas reais eram tão boas, ou tão

más, que apenas no reinado de D. Maria I, abriram-se novas vias no território nacional.

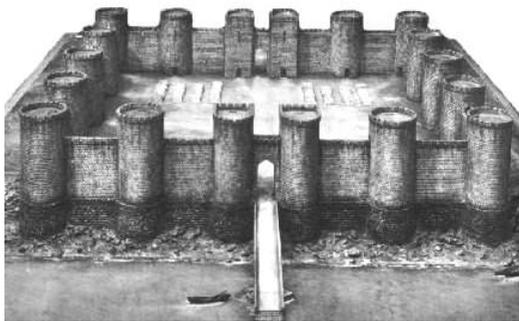
Junto a Óbidos, passa uma estrada real, provavelmente de origem romana. Estrada essa que transpunha, algures na zona, o rio Arnóia, por uma ponte e seguiria em direcção a norte. A sua localização poderia ser uma das seguintes.

- A) A ponte do Mocharro que é, segundo a tradição, da “época dos mouros”.
- B) Onde existe a actual, pois, segundo as “Memórias Históricas” ter-se-ia lá encontrado, por alturas da construção de uma ponte no séc. XVI, alicerces e uma lápide romana.
- C) Um pouco mais para montante do Arnóia, junto às ruínas da cidade romana.

Outras vias importantes, quer no mundo romano, quer no medieval e mesmo contemporâneo e moderno, são as fluviais. Especialmente porque os rios da Europa, durante toda a Idade Média, eram navegáveis e serviam de autênticas auto-estrada para cruzar territórios, trazendo e levando mercadorias, pessoas e bens.

Os locais onde se cruzam uma ou mais vias, denominam-se “nós viários” e o seu controlo torna-se fundamental para a defesa de um território, em termos económicos e militares. Qualquer tentativa de invasão ou incursão organizada teria de ser realizada por essas vias de comunicação.

Ora, em Óbidos, encontramos um desses “nós viários”: Uma importante estrada, onde desembocam as vias rodoviárias mais importantes do território, ligando o tráfego terrestre, para o norte; e uma grande lagoa com um importante rio navegável que permitem o tráfego fluvial para o interior.



Castelo romano, fronteira do império no rio Reno

Um “castellum”, na Alta Idade Média, tem como função principal o controlo de um território através do bloqueio das vias de comunicação, em especial nos principais eixos e nós viários. É óbvio que essa função: a de proteger as “marcas” ou “Kuras”, se alterou com o passar dos tempos e o castelo, como símbolo de defesa de

uma fronteira, passou a ser também símbolo de organização administrativa. Tal como a Igreja, cuja função primordial era a de salvar as almas, rapidamente trocou a cruz pela espada e os evangelhos pelos livros de contas, fruto, como é óbvio, de uma necessidade organizacional do mundo medieval.

A TIPOLOGIA DO CASTELO DE ÓBIDOS

Tentar compreender o complexo defensivo, sem primeiro compreender a função original e o porquê da existência de um castelo em Óbidos é um erro, levando, obviamente, a um beco sem saída; sem soluções. Pois Óbidos não foi



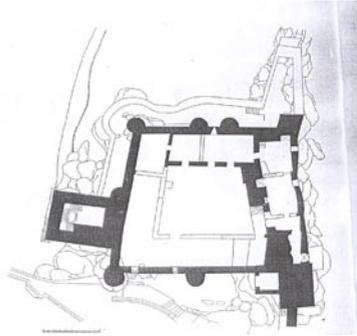
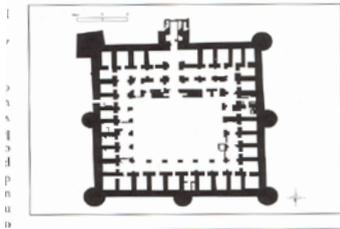
Trebuchet

planeado por uma única pessoa, num único momento da História. Nas “pedras” do seu sistema defensivo estão bem gravadas a evolução sofrida na arte da guerra, ao longo da Idade Média. Arte essa que se transforma, radicalmente, após a primeira cruzada, com a introdução de novas armas, (ex: bestas e trebuchets), novas tácticas de ataque e defesa e, conseqüentemente, novas so-

luções arquitectónicas. A riqueza do seu complexo defensivo é o de podermos observar a evolução das soluções arquitectónicas utilizadas pelos arquitectos militares, durante toda a Idade Média e onde se misturam, numa sùmula, tal como na língua, usos e costumes, uma herança romana, muçulmana e cristã. Ao recuarmos no tempo, retirando um a um, os elementos arquitectónicos, cronologicamente identificados do castelo, chegamos a uma construção base; um ponto de partida, um núcleo original.

Apesar da sua aparência trapezoidal, o núcleo original tem, na sua génese, um formato quadrangular, fortemente guarnecido por cubelos circulares; muralhas de pouca altura; uma boa construção em alvenaria; uma forte porta centrada, em arco de volta perfeita e um pátio central que possibilita uma defesa em todo o perímetro, pondo em prática o princípio clássico da *defesa activa*. Todas essas características apenas têm um paralelismo na *poliorcética* romana e bizantina – a arte de construir castelos e fortalezas da Idade Clássica. Através de uma análise mais atenta, podemos observar que o ângulo trape-

zoidal das suas muralhas se deve exclusivamente ao condicionalismos do terreno onde se implanta. O perímetro defensivo está, tal como nas fortalezas romano-bizantinas, defendido, em todos os ângulos, por cubelos, inclusive na parte “traseira” do castelo. O castelo de Óbidos não se mexe e não funciona como um “testudo romano” que serve de cunha, para romper linhas inimigas.



Plantas do Castelo de Susa (Séc. IX) na Tunísia e do Castelo de Óbidos. Para além das semelhanças arquitectónicas, ambos apresentam medidas muito idênticas.

É sim uma construção quadrangular aplicada num local onde não o poderia ser na perfeição. Aliás, é sabido que, desde a antiguidade, o quadrado é a melhor formação de defesa. Basta lembrar Aljubarrota, Waterloo ou Marracuene. Os castelos cristãos da Alta Idade Média, na Península, apresentam um sistema defensivo diferente. Com menos recursos do que o rico emirado cordovês, e menos livros de arquitectura clássica à disposição, os reis, duques e condes do norte peninsular apostavam em fortificações “mais singelas”, compostas na sua génese por um forte torreão rodeado por uma muralha, mais ou menos rectangular, com cubelos quadrangulares, mais fáceis e baratos de construir do que os circulares. Com menos homens à disposição, uma forte torre de menagem seria um reduto final, apostando num princípio de defesa passiva. Este conceito de torre envolta por uma cerca, encontra-se em Guimarães, em Leiria, entre outros, terminando na belíssima Torre de Belém que tão bem soube estilizar esse conceito.

Em Óbidos, o conceito de Torre de Menagem não existe na génese do castelo, aparecendo posteriormente. Esta é construída mais tarde, sendo posterior à edificação da núcleo original que dela não necessitava para nada.

Em primeiro lugar, temos uma Torre de Menagem mais singela: a de D. Dinis; e, no final da Idade Média, a de D. Fernando (séc XIV), cuja imponência ainda hoje é admirada. A torre estava preparada para resistir às armas neurobalísticas, mas nada poderia fazer face às armas de fogo que começavam a surgir nos campos de batalha.

UM CASTELO EM ÓBIDOS

Apesar da tipologia do Castelo de Óbidos ser tipicamente do mundo clássico, a possibilidade deste ser uma construção romana levanta algumas dúvidas, tanto mais que o edifício militar não está isolado. Se seguirmos a zona costeira, em especial a Sul do Mondego, verificamos a presença de castelos em toda a costa, na entrada dos principais rios, braços de mar e lagoas. Como por exemplo: Montemor-o-Velho; Soure; Pataias; Alcobaça; Alfeizerão; Óbidos; Atouguia; Lourinhã; Torres Vedras; Mafra (muitos destes infelizmente desaparecidos).

A sul do Tejo, basta lembrar: Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Santiago do Cacem, Odemira, Aljezur, Silves, sem contar com as fortificações em Espanha, já para lá da fronteira, para percebermos que estamos perante um importante sistema defensivo; uma verdadeira “muralha atlântica” que impede a entrada, de alguma força vinda no mar, nos rios e sistemas lagunares da Península Ibérica, então existentes.

E em todos eles se verifica o mesmo denominador comum: a intercepção de um eixo viário romano com uma via fluvial.

É flagrante o paralelismo que existe entre os castelos de Obidos, Lourinhã, e Torres Vedras, que se encontram exactamente na mesma margem, a Sul, de um importante curso de água (Arnóia, Rio Grande e Sizandro, navegável à época), no local de uma antiga ponte romana, sempre a mais ocidental, impedindo assim o acesso à estrada, a qualquer força vinda por mar, “trancando”, desta forma, o eixo viário e impossibilitando qualquer deslocação pela dita estrada.

Possivelmente, e no seguimento de estudos efectuados nesses concelhos, a construção dos mesmos leva-nos a crer que tivesse sido efectuada na mesma época, nos mesmos moldes, pelos mesmos motivos e, talvez, pelo mesmo arquitecto.

Ao contrário do que se pode pensar, os romanos, até ao séc. V, mantiveram uma importante frota activa no Mediterrâneo e, em especial, no Atlântico. O que permitia manter ao largo as mais aguerridas tribos germânica, saxónicas e escandinavas. A existência de uma defesa costeira não seria por isso necessária na Hispânia, pois ninguém a atacava vindo do mar.

No período visigótico, também não se fez sentir qualquer pressão vinda do mar e, em muitos casos, as antigas muralhas das cidades romanas, como era

o caso de Lisboa, estavam em péssimo estado ou simplesmente desmoronavam-se. Tal era o mau estado das muralhas e fortificações que o reino visigótico cai na totalidade, após a batalha de Guadalete, nas mãos de Tarik, entre 711 e 714: é o início do Al-Andaluz; da Hispânia muçulmana.

Em meados do séc. VIII, o mundo muçulmano entra em guerra civil. Uma nova dinastia, os Abássidas, tomam o poder em Damasco e expulsam os Omíadas. Todos os membros da antiga dinastia são chacinados à exceção de um jovem príncipe, filho do Califa, que consegue, a muito custo, fugir da Síria para o Egipto. Procurado pelos quatro cantos do mundo árabe pelos Abássidas, o jovem príncipe Abd al-Rahman, consegue chegar ao desorganizado Al-Andaluz, e a muito custo, consegue reunir toda a Espanha muçulmana (e não só) em torno dele. O Emirato de Córdova, com a vinda de muitos refugiados do oriente, rapidamente atinge um elevado patamar civilizacional, baseado não nas tribos beduínas dos desertos da Arábia, mas sim numa cultura greco-romana. Banhos, bibliotecas, sistemas de irrigação, aquedutos e outras obras arquitectónicas, fizeram da cidade de Córdova a maior cidade da Europa, com cerca de 500 mil habitantes (Londres, no máximo, tinha 40 mil) e a primeira do mundo a ter iluminação nocturna.

No Ano de 844 D.C., uma frota de 50 navios de guerra normandos (drakkars), apoiados por outros tantos barcos de transporte, surge no estuário do Tejo. Lisboa é atacada, mas resiste. Perante a forte oposição da cidade, os piratas escandinavos pilham os arredores, durante 13 dias. De seguida, e certamente munidos de informações de espões ou comerciantes, circundam a costa Algarvia, onde pilham mais uma série de cidades e vilas, e dirigem-se para a foz do Guadalquivir. Sobem o rio e saqueiam a desprotegida cidade de Sevilha e seus arredores, bem no coração do Al-Andaluz.



Drakkar - Barco Normando (Séc. IX)

A 11 de Novembro de 844, o exército do Emir Abd al-Rahman II derrota-os, na grande batalha de Tablada, expulsando-os do sul da Espanha. Parece que na volta para a Dinamarca, os normandos voltaram a pilhar tudo pelo caminho.

Depois deste primeiro “raide” e certamente deslumbrados com o proveito do saque, sucedem-se, durante as décadas seguintes, novas incursões vikings à Península.

Não fazendo qualquer distinção entre cristão a Norte e Árabes a Sul, a pilhagem das populações mais indefesas era o seu único objectivo.

O medo permanente instaurou-se no seio das populações. Ano, após ano, sofriam os mais duros castigos vindos desses “fantasmas”, que, aparecendo no meio do nevoeiro, em barcos aterradores, com capacetes e vestes demoníacas, espalhavam a morte e a desgraça a quem não podia fugir ou defender-se.

Face à ameaça, os poderosos Emires Andaluzes reagem e ordenam a edificação de uma linha defensiva do Atlântico ao Levante, fortificando todas as entradas dos estuários, lagoas e baías, com castelos, apoiados por atalaias e torres de facho que permitiam uma rápida comunicação e acção, no caso de novas investidas.

Também uma nova frota foi construída, imitando os versáteis barcos normandos.

Todas essas iniciativas garantiram a segurança da costa Peninsular, evitando novos ataques ao território e impossibilitando a fixação de populações invasoras, como aconteceu em Inglaterra, Escócia e França.

Guardião de um legado clássico que, como sabemos, o Califado de Córdoba tão bem soube preservar, o castelo respeita ainda o conceito de defesa activa, típico nas fortificações da Alta Idade Média. Interceptando uma via fluvial com uma terrestre, impossibilitando, assim, incursões e ataques ao interior do território.

Com a profícua e admirável idade de, pelo menos, 1100 anos, o Castelo de Óbidos, detentor de características únicas, há muito desaparecidas em outros praças-fortes do período Omíada, é um dos edifício mais antigo da região e uma verdadeira jóia nacional.

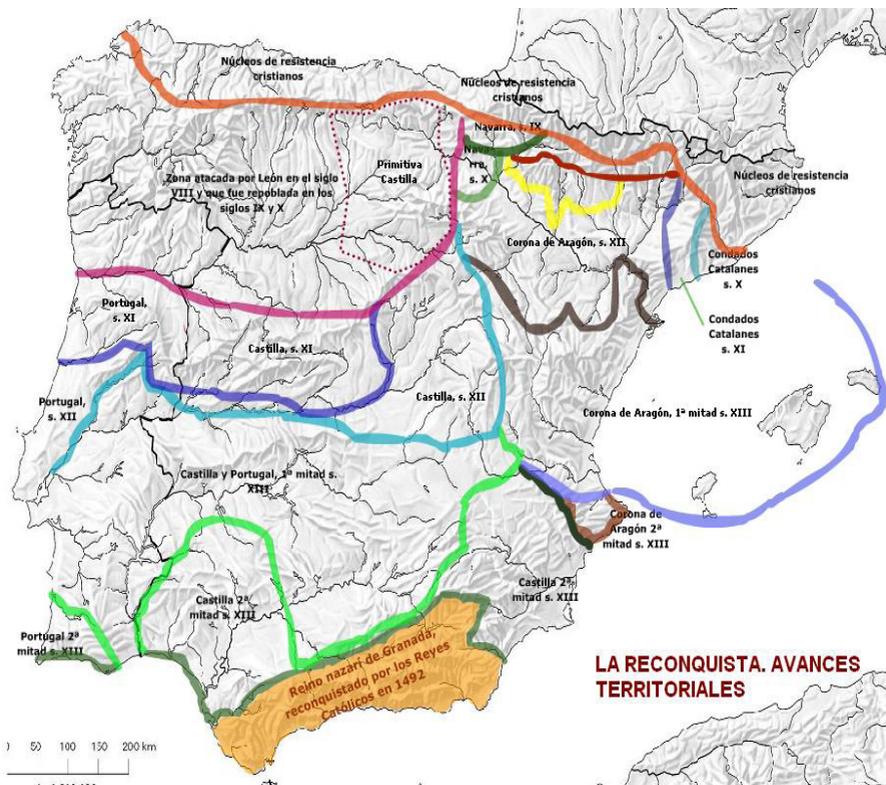
A (RE)CONQUISTA DA ESTREMADURA 1147-1148

Em 1146, aproveitando as lutas no mundo árabe (a corrupta dinastia Almorávida havia-se desintegrado, de novo, em dezenas de pequenos reinos e principados), D. Afonso prepara a ofensiva ao Vale do Tejo. Atacar Santarém, não era proeza fácil. Desde a época romana, que o planalto escalabitano havia

desempenhado funções militares e o seu valor tático e estratégico, como guardião das vastas planícies da lezíria ribatejana, era reconhecido tanto por cristão, como por muçulmanos.

No entanto, a perícia militar de D. Afonso revela-se em todo o esplendor na tomada de Santarém, utilizando e readaptando táticas e manobras, que desde tenra idade praticava.

Em primeiro lugar, as forças muçulmanas não estavam tão fortes como outrora, devido às lutas internas entre os príncipes árabes. Em segundo, utilizou



Mapa da Reconquista

com eficiência a espionagem, sabendo quais os pontos fortes e fracos da defesa de Santarém. Em terceiro, manobrou com o máximo sigilo as suas forças de ataque, ao ponto de nem estes, quando saíram de Coimbra, saberem para onde se dirigiam, flanqueando todos os pontos fortes pelo caminho.

Em quarto, utilizou tropas de assalto, pela calada da noite, em vez de um cerco prolongado.

Na noite de 14 para 15 de Março de 1147, utilizando simples escadas de madeira, colocadas em cima do telhado de um casario junto à muralha, as tropas de assalto eliminam, silenciosamente, a guarnição da muralha e abrem as portas da cidade ao resto do exército que esperava, oculto, o desenrolar do plano.

A cidade foi pilhada e a população chacinada (talvez como represália ao que se tinha passado em Leiria e Trancoso). Santarém passava, definitivamente, a ser uma cidade do Reino de Portugal.

Lisboa era um problema mais espinhoso do que Santarém. Uma das maiores cidades do Al-Andaluz, era guarnecida por 15.000 homens, quantidade de forças que só a muito custo poderiam ser reunidas por D. Afonso Henriques, sem contar com as imponentes muralhas e do castelo que a protegiam. Era preciso no mínimo o dobro das forças muçulmanas, o que era impossível sem ajuda externa. Pedir ajuda a seu primo, o imperador de Leão, estava fora de questão.



Dá-se então a feliz coincidência de, nessa altura, as forças que partiram por mar, desde Inglaterra, para a segunda cruzada, passarem pela costa portuguesa. A oportunidade era de ouro e utilizando todos os meios diplomáticos a seu dispor, conseguiu convencer os chefes da cruzada, a auxiliarem-no na tomada da cidade. No entanto, em troca dos seus “serviços”, os cruzados exigiram o saque da cidade, o direito de se fixarem na região e a promessa do Rei de Portugal não retirar a sua hoste, como havia feito no primeiro cerco, em 1142.

Estava assim montada a maior operação militar do seu reinado, a conquista de Lisboa.

Em finais de Julho de 1147, dava-se início ao cerco à cidade. A hoste portuguesa montara arraial no monte da Graça, enquanto as outras saídas da cidade eram vedadas pelos cruzados, que montaram arraial na zona do Bairro alto; por mar, a armada cruzada fechava o cerco a Lisboa.

Apesar do poder da cidade de Lisboa, em meados de Agosto, os sitiados pedem auxílio ao governador de Évora, Abu-Mohammed, que responde que havia encetado tréguas com o “ibn-enriix”... e nada poderia fazer! Este facto não era alheio a colaboração entre D. Afonso e o vali de Mértola Ibu Kasi, desde 1145.

No entanto, reúne-se um forte contingente muçulmano, dos castelos e zonas ainda “ocupadas” a Norte de Lisboa, na tentativa de libertar a cidade do

forte anel de ferro que a apertava. O confronto dá-se em Sacavém, junto da velha ponte romana, onde uma força destacada deste Lisboa, por D. Afonso, consegue derrotar o exército de auxílio.



Em meados de Agosto, Lisboa era “bombardeada”, diariamente, com centenas de pedras, lançadas pelas novas armas trazidas pelos cruzados: os trebuchets. Também se montaram três grandes torres de assalto; o ataque final estava próximo.

Em finais de Outubro, os muçulmanos pedem uma trégua para negociar a rendição. No entanto, este pedido quebra a harmonia na hoste “europeia” e a confiança no acordo que D. Afonso havia estabelecido, em relação ao saque da cidade; instala-se a confusão no arraial cristão. D. Afonso Henriques é ameaçado, mas, mostrando o carácter que todos lhe reconhecem, manteve-se sereno e tratou primeiro da rendição da cidade e, só depois, resolveu a questão com os “francos”. Perante a ameaça crescente dos cruzados, ameaçou retirar o seu exército de Lisboa, algo que os nórdicos não queriam, tendo más recordações do cerco de 1142.

Lisboa rende-se no dia 24 de Outubro. Um contingente de 300 homens entra no castelo e recolhe o saque; os muçulmanos abandonam Lisboa, não haveria derramamento de sangue desnecessário.

Após a conquista de Lisboa, todos os redutos muçulmanos a norte do Tejo, que não poderiam sobreviver sem a cidade de Lisboa, caem, sem grande resistência. Talvez mesmo se tenham começado a entregar, após a batalha de Sacavém.

Em Óbidos, o único vestígio plausível da existência de um cerco, é o Cruzeiro da Memória. Segundo a tradição, o Cruzeiro tem a função de perpetuar a tomada do castelo, assinalando o local onde se situava o acampamento de D. Afonso Henriques.

Fazendo um paralelismo com as táticas da altura, nomeadamente o local do acampamento de D. Afonso, no Monte da Graça, durante o cerco a Lisboa; o local onde se encontra o Cruzeiro da Memória, seria o sítio ideal para montar arraial, pois cortaria a estrada para Sul, permitindo ainda, pelo seu relevo acentuado, vislumbrar qualquer movimento no castelo.

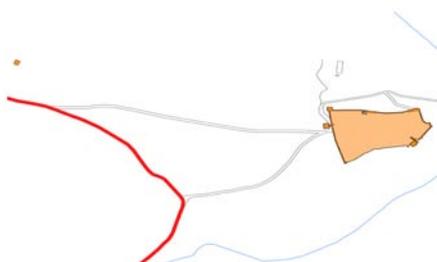
Quanto ao resto da história, parece ser uma mistura de lendas, umas reais, outras nem por isso; tal como tantas outras histórias existentes pelo país.

CASTELO DE ÓBIDOS: CONSTRUÇÃO MILITAR ISLÂMICA E CRISTÃ

O Castelo de Óbidos tem sido objecto de inúmeros estudos, mas falta uma investigação de carácter arqueológico que permita compreender a evolução espacial e cronológica do monumento.

A base de trabalho foi a análise directa e pormenorizada de toda a estrutura, efectuando o registo fotográfico dos elementos físicos sobreviventes (adossamentos, talhes, portas e postigos, ameias e merlões, etc). Em seguida, procurou-se reconstituir a evolução espacial do castelo, através dos dados de campo, do urbanismo, da topografia e dos dados arqueo-lógicos existentes. Posteriormente, cruzou-se esta informação com os dados bibliográficos, altura em que nos apercebemos que havíamos identificado no campo vários elementos inéditos.

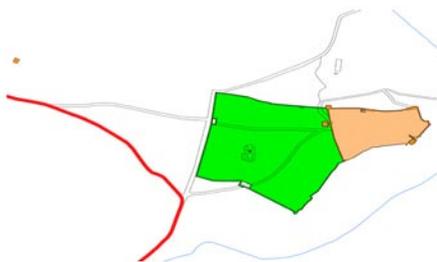
Deste modo, definimos duas grandes fases de construção do Castelo de Óbidos: a islâmica e a cristã.



Relativamente à fase islâmica, pensamos que corresponda ao núcleo conhecido como Cerca Velha, devido às características estruturais da muralha (largura e tipo de aparelho), à presença de uma torre albarrã e de um talhe no afloramento calcário, à existência de dados arqueológicos (cerâmicas

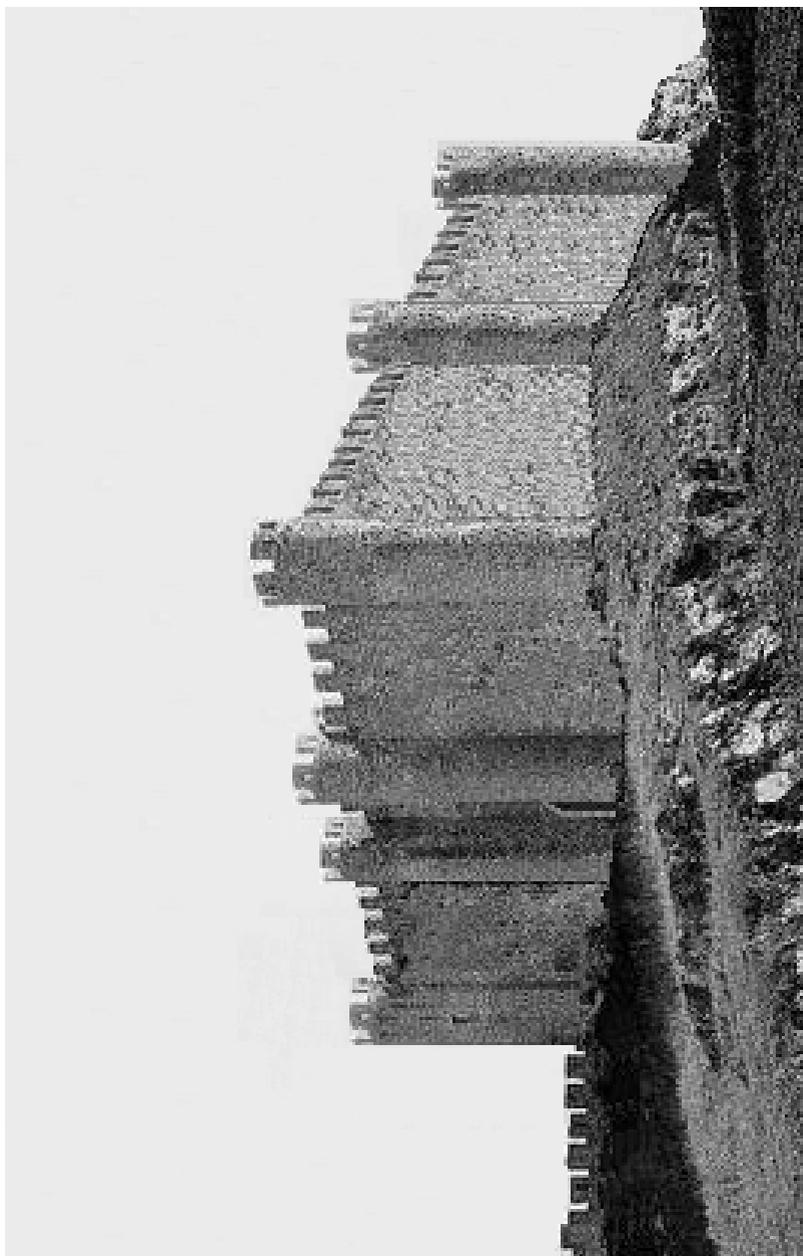
comuns islâmicas, ainda que em depósito secundário!) e à própria implantação topográfica. Neste ponto, concordamos com a teoria proposta pela investigadora Manuela Santos Silva.

A fase de construção cristã apresenta-se mais complexa, estando subdividida em três momentos diferentes. Com efeito, o Castelo de Óbidos deve-se ter alargado para Sul, até ao limite administrativo da paróquia de Santa Maria (ficando a igreja de São Pedro extra-muros); isto com base nas características da muralha (largura e tipo de aparelho), na continuidade da divisão administrativa, na interrupção da rede viária e na implantação do casario.



Nas “Memórias Históricas” aparece uma referência à reformulação que D. Sancho I terá realizado no castelo, mas discute-se a veracidade desta informação. De seguida, o castelo foi ampliado novamente para Sul, passando a muralha entre a igreja de São Pedro e o actual edifício dos Paços do Concelho, conforme indica o registo arqueológico detectado no Largo de São Pedro. Por último, o castelo foi prolongado até à Torre do Facho, atingindo a configuração actual.

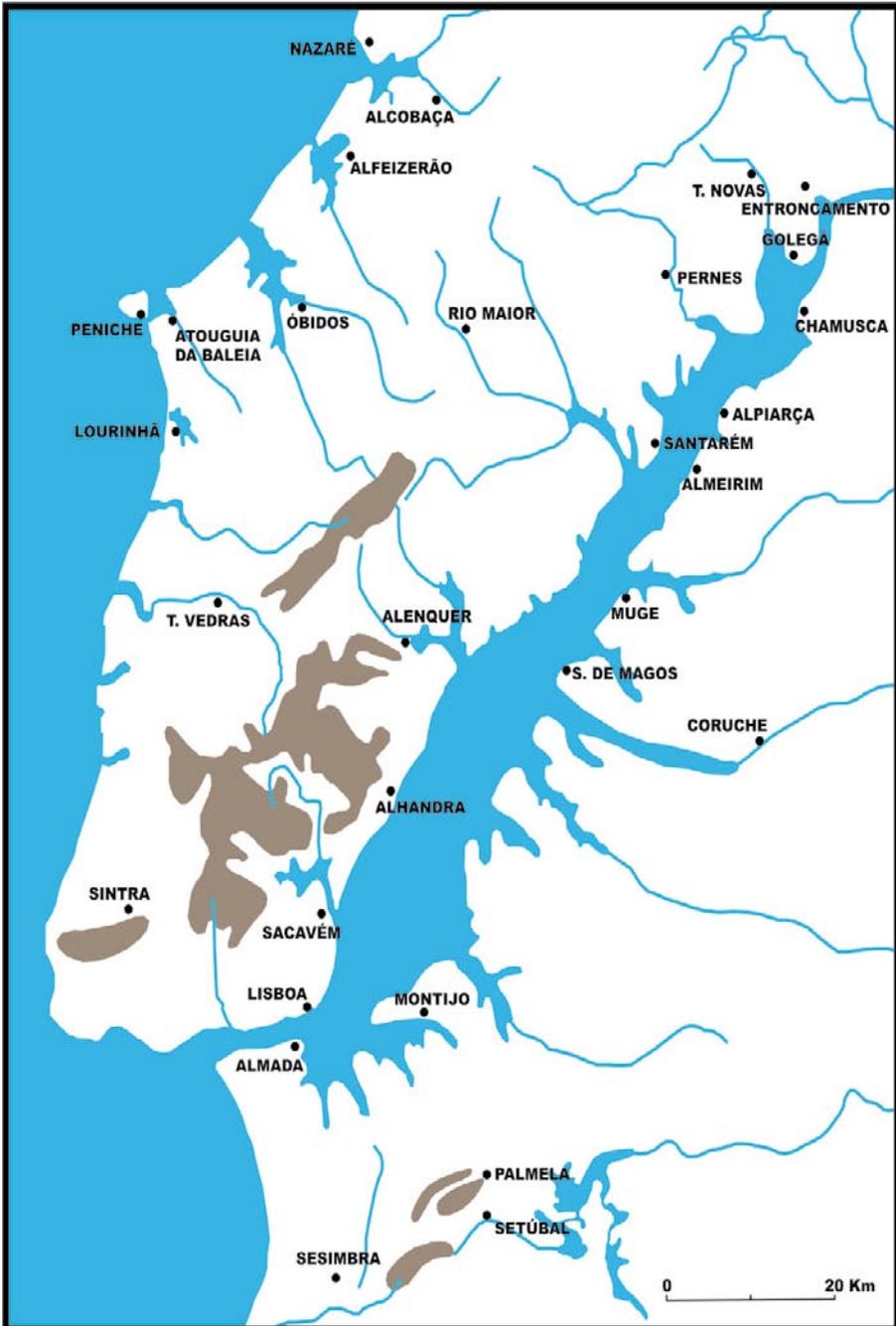
Textos: João Pedro Tormenta
Dina Matias e Sérgio Pinheiro (Castelo de Óbidos: Construção Militar
Islâmica e Cristã)



CASTELO DE ÓBIDOS - SÉC. IX

CRONOLOGIA

- 711 Os muçulmanos dão início à invasão da Península Ibérica
- 732 Batalha de Poitiers, Os Francos travam o avanço muçulmano
- 756 É proclamado o Califado Omíada
- 844 Primeiro “Raide” normando à Península Ibérica
- 1031 Fim do Califado de Córdoba 1º período taifa
- 1096 Coimbra é (re)conquistada definitivamente
- 1093 Fernando Magno toma Lisboa e Santarém
- 1095 Os almoravidas entram na Península. Os muçulmanos retomam Lisboa e Santarém
- 1109 Nascimento de D. Afonso Henriques
- 1112 Morte do Conde D. Henrique
- 1128 Batalha de S. Mamede; Afonso Henriques vence a mãe
- 1135 Construção do Castelo de Leiria (a fronteira desloca-se 100 km para Sul)
- 1137 Os muçulmanos arrasam o Castelo de Leiria. Tratado de Paz em Tui entre Afonso VII de Leão e D. Afonso Henriques
- 1139 Batalha de Ourique. Afonso Henriques intitula-se rei.
- 1140 Ismar, governador de Santarém, volta a atacar o Castelo de Leiria, matando grande parte da população. De seguida ataca a saqueia Trancoso, na Beira
- 1141 Combate de Arcos de Valdevez. Afonso Henriques derrota o primo Afonso VII. Estabelece-se um “cessar fogo” e uma proposta de paz
- 1142 Tentativa falhada de um ataque a Lisboa. A má preparação e a carência de efectivos, conduziram ao fracasso da expedição
- 1143 Tratado de Zamora
- 1144 Final do Emirato Almorávida – 2º período taifa
- 1145 Reconquista de Leiria
- 1146 Afonso Henriques casa com D. Mafalda. Aproveitando as lutas no mundo árabe (a corrupta dinastia Almorávida havia-se desintegrado, dando origem, de novo, a dezenas de pequenos reinos e principados), D. Afonso prepara a ofensiva ao Vale do Tejo
- 1147 Reconquista de Santarém, Lisboa, Almada e Palmela
- 1148 Óbidos e restantes castelos em redor de Lisboa, são reconquistados
- 1154 Nasce o príncipe D. Sancho (futuro rei)
- 1158 Reconquista de Alcácer do Sal
- 1162 Reconquista de Beja
- 1165 Reconquista de Évora
- 1166 Reconquista de Serpa e Moura



PENÍNSULA DE LISBOA - ALTA IDADE MÉDIA



INCURSÕES NORMANDAS À PENÍNSULA IBÉRICA

- 1179 O Papa Alexandre III reconhece a independência do reino de Portugal: Bula “Manifestis Probatum”
- 1184 Os Árabes voltam a ocupar todo o Alentejo. Início da Ofensiva Almôada
- 1185 Morre D. Afonso Henriques; sobe ao trono D. Sancho I



MUNICÍPIO DE
ÓBIDOS



2008